



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

**JUSTIÇA REPRODUTIVA PARA PESSOAS NEGRAS E SERVIÇO SOCIAL:  
UM ESTUDO A PARTIR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM RESIDÊNCIAS EM SAÚDE**

**JUSSARA FRANCISCA DE ASSIS DOS SANTOS<sup>1</sup>**

**MARIANA GORJÃO LAINN<sup>2</sup>**

**GIOVANNAH DIAS PACHECO<sup>3</sup>**

**LARISSA DA SILVA CAMPOS<sup>4</sup>**

**RESUMO:**

Tem-se por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa cujo título é o mesmo deste escrito. Os resultados parciais demonstram que justiça reprodutiva, violência obstétrica articuladas ao racismo ainda são temas pouco elencados, considerando as publicações de duas revistas de grande circulação entre assistentes sociais. Sugere-se maior investimento destes debates, via Residências Multiprofissionais em Saúde.

**Palavras-chave:** Justiça Reprodutiva, Violência Obstétrica, População Negra, Residência em Saúde e Serviço Social.

**ABSTRACT:**

The objective is to present the partial results of the research whose title is the same as this writing. The partial results demonstrate that reproductive justice and obstetric violence linked to racism are still rarely mentioned topics, considering the publications of two magazines with wide circulation among social workers. Greater investment in these debates is suggested, via Multiprofessional Residencies in Health.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>4</sup> Universidade Federal Fluminense

**Keywords:** Reproductive Justice, Obstetric Violence, Black Population, Residency in Health and Social Work.

## INTRODUÇÃO:

Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa “Justiça Reprodutiva para Pessoas Negras e Serviço Social: um estudo a partir da formação profissional em Residências em Saúde”. A proposta resulta da trajetória acadêmica e política das autoras onde intenta-se fortalecer a formação e trabalho profissional de assistentes sociais, trabalhadoras/es da área da saúde, tendo como destaque as Residências em Saúde.

A citada pesquisa pretende estudar a relação entre o conceito de justiça reprodutiva para pessoas negras e o processo de formação profissional, e em parte da produção teórica do Serviço Social, tendo como referência as Residências em Saúde.

As formas de gestar e parir, ao longo da história da humanidade, colocam as pessoas com útero no centro da discussão sobre as relações estabelecidas entre os entes sociais nos seus diversos contextos. Tal dinâmica conta com as relações de poder presentes nos modos de produção das sociedades onde o caráter racial, classista e de gênero funciona de maneira estrutural e estruturante das relações sociais. Estas questões estão presentes no cotidiano, sendo assim, estão presentes nas diversas instituições, sobretudo, àquelas que operacionalizam os direitos sociais tais como o direito à saúde.

Neste contexto, há que se destacar as instituições de saúde brasileiras que no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foram criadas com o objetivo de fornecer “acesso universal ao sistema público de saúde sem discriminação” (MS, 2020). No que tange aos hospitais universitários, por exemplo, é preciso pontuar que os mesmos são tidos como espaços importantes de aprimoramento profissional, tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias para o setor saúde, conforme afirma o Ministério da Educação (MEC, 2020). Diante de sua importância formativa e da possibilidade de atualização de conhecimentos tais instituições não estão divorciadas do conjunto da sociedade. Infere-se que as mesmas não estão livres de funcionarem a partir de uma engrenagem que tem no seu cerne a discriminação racial, de gênero e de classe onde o período que engloba gestação, parto e puerpério não é poupado. Conceitos que permitem compreender este fenômeno são os de violência obstétrica e racismo estrutural.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A violência obstétrica é entendida como a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos pelas instituições de saúde, expressa por relações desumanizadoras, de patologização dos processos naturais, limitando a autonomia das pessoas que gestam e capacidade de decidir. Ao ter como base a categoria Racismo Estrutural verifica-se que quando atrelada ao caráter racial, a violência obstétrica tende a apresentar contornos mais intensos. Estudos realizados por uma das autoras com gestoras/es e profissionais de saúde apontaram que o enfrentamento à violência obstétrica, considerando o elemento racial, está aquém da melhor assistência a ser prestada às pessoas negras.

As desigualdades sociais no Brasil dificultam o acesso aos direitos, com destaque aos direitos sexuais e reprodutivos. Vide o recente Projeto de Lei 1904/2024 oriundo da Câmara dos Deputados Federais, cuja proposta é de punição de até 20 anos de prisão para a prática do aborto, ou seja, um retrocesso as garantias em torno do aborto legal. Decisões como estas criminalizam, ainda mais, meninas e mulheres negras.

A sociedade brasileira, historicamente, tende a demarcar espaços sociais não só pelas condições sócio econômicas e de gênero, mas, sobretudo, a partir da aparência e da raça/cor/etnia dos sujeitos. Conforme observa Lopes (2005), os efeitos desta dinâmica social sobre a população negra são perversos. De acordo com a autora, os resultados são evidenciados, direta ou indiretamente, através da observação de alguns aspectos das relações interpessoais e das relações que as instituições estabelecem com este grupo; das condições de vida e de desenvolvimento humano, acesso aos bens e equipamentos sociais e de sua morbimortalidade (LOPES, 2005).

Estudos apontam para a necessidade de atenção à qualidade dos serviços prestados nas maternidades brasileiras. Deslandes (2005) desenvolveu um estudo, tendo por objetivo analisar as expectativas de usuárias gestantes de uma maternidade pública do município do Rio de Janeiro para apreender a assistência que as mesmas receberam no parto e a avaliação que fizeram do atendimento recebido em partos anteriores. Como resultado a autora identificou que:

No geral, as histórias de atendimento nesses hospitais estão permeadas por relatos de violências institucionais de várias formas. Os relatos de nossas entrevistadas revelam que a demora no atendimento, o abandono no leito, a proibição de um acompanhante e em especial a violência verbal são situações vivenciadas pelas mulheres. O fato de não ter sofrido nenhuma situação de violência faz com que, por comparação, o cuidado que recebeu seja definido como um bom atendimento. Foram diversas as falas das mulheres que afirmam que foram bem atendidas porque não foram maltratadas, indicando que esta situação pode ser rotineira para as

usuárias dos serviços públicos (DESLANDES, 2005, p. 2650).

Justiça reprodutiva surge como um conceito que tenta ir além da concepção de direitos sexuais e reprodutivos. Foi cunhado, em 1994, na Conferência sobre População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na cidade do Cairo, capital do Egito. Nesta conferência, as mulheres negras tiveram participação intensa, já que, tanto nos EUA (primeiras décadas do século XX) como no Brasil (1970 e 1980), foram elas o principal alvo de controle de natalidade, pois a capacidade de reprodução da raça negra tem centralidade no corpo negro. Fato de preocupação e intervenção pelo Estado. Vale ressaltar que, no contexto brasileiro, as mulheres negras, também estiveram no centro da política de embranquecimento através da eugenia, tendo em vista o investimento realizado em ações como o financiamento da imigração europeia no Brasil e a realização de esterilizações compulsórias (década de 1990). Por estes motivos, os movimentos de mulheres negras são os principais defensores da justiça reprodutiva no país.

A partir de uma visão totalitária sobre a situação das mulheres negras no Brasil, o conceito de justiça reprodutiva é oportuno por considerar a necessidade de articular saúde reprodutiva à justiça social. De acordo com Noronha (2016):

O conceito Justiça Reprodutiva aparece como fundamental para falar sobre o combate às inúmeras formas de violência contra as mulheres, porque ele destaca o acesso aos recursos econômicos, sociais e políticos para que as mulheres possam tomar decisões saudáveis sobre os seus corpos, sexualidade e reprodução, mas não de uma maneira apenas individual, mas levando em conta as suas famílias, seus contextos e as suas comunidades (NORONHA, 2016).

Neste contexto, a intervenção profissional do Serviço Social é colocada em evidência, já que o entendemos como um elemento central da assistência obstétrica nos serviços de saúde. Cabe ressaltar que, especialmente, nas residências multiprofissionais em saúde, destaca-se o papel importante que a (o) assistente social possui como agente dinamizadora (or) de informações, àquela (e) que trabalha a operacionalização e formulação das políticas, programas e projetos e possui formação ética e política que permite uma atuação pautada na não discriminação e no exercício da cidadania sem opressão de classe, gênero e raça/cor/etnia. Assim, cabe verificar de que maneira a categoria profissional nesses espaços tem se dedicado à referida discussão, tendo em vista a justiça social atrelada à saúde reprodutiva.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## CAMINHOS METODOLÓGICOS:

Com o objetivo de contemplar as propostas sugeridas na pesquisa e explorar a hipótese desenhada a partir de estudos teóricos criando então indicadores qualitativos que a sustentem - até o presente momento - a investigação vem se dedicando a realizar análises a partir das principais produções acadêmicas do Serviço Social. Assim, foram realizados levantamentos iniciais nas revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis, que pretendem ser continuados ao longo deste processo investigativo, tendo como objetivo aprofundar as análises transversais à temática da Justiça Reprodutiva com base na problematização da formação profissional em Serviço Social. Nesse intuito, a pesquisa conta com esforços de discentes, que participam deste projeto em concomitância com as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo de pesquisa do NPHPS (Núcleo de Pesquisa Histórica e Proteção Social), e com reuniões que ocorrem de maneira híbrida periodicamente.

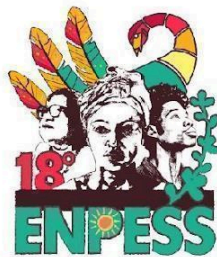
Para isto, por meio do materialismo histórico e dialético (MARX, 2009), foram estabelecidos alguns objetivos para a pesquisa para que pudéssemos, através da análise quantitativa de dados, das leituras realizadas e dos diálogos e trocas feitas durante as reuniões, demonstrar a nossa base de questionamento para este debate, que parte do pressuposto de que há uma lacuna formativa, seja no âmbito stricto sensu, seja no âmbito lato sensu, onde potencializadas por um cenário inerente ao processo de formação social brasileiro (FERNANDES, 1975), conformam uma realidade que pode estar contribuindo para a intensificação e a perpetuação daquilo que entendemos como Racismo Institucional e do acesso à saúde com integralidade, equidade e participação social (WERNECK, 2016), buscando ser verificada através do quantitativo de artigos relacionados à pesquisa.

Com esta finalidade foram elencadas palavras-chave que foram utilizadas como rastreadores para o levantamento.

**Tabela 1: Relação das palavras chaves elencadas como rastreadoras para as temáticas abordadas na pesquisa.**

Referenciais de Pesquisa:	
<b>Palavras Chave:</b>	Justiça Reprodutiva, Violência Obstétrica, População Negra, Residência em Saúde e Serviço Social.

Fonte: Elaboração Própria.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Considerando as referidas palavras partiu-se para o levantamento bibliográfico cujo dados serão apresentados a seguir.

### RESULTADOS PARCIAIS:

A discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos no contexto das relações de gênero tem apresentado complexidades intensas ao longo de sua trajetória. Neste universo, ao se considerar as mulheres negras brasileiras é possível perceber que, historicamente, as desigualdades vem acompanhando esse grupo, especialmente, no acesso à assistência obstétrica. Cabe destacar, que no contexto da operacionalização da política de saúde a (o) assistente social tem sido solicitada (o) a intervir junto às demandas sociais dentre as quais àquelas que envolvem as diversas discriminações. Deste modo, se faz relevante analisar como tem sido a atuação profissional no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades raciais articulada ao conceito de justiça reprodutiva para pessoas negras, sobretudo no que diz respeito à formação do Serviço Social inserido nas residências multiprofissionais de saúde.

**Tabela 02: Dados parciais do levantamento realizado nas Revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis (2013-2023)**

Dados iniciais das Revistas do Ano de 2013 a 2023:					
Revistas Verificadas:	Grau da Qualis (De acordo com o Último Levantamento da CNPQ de 2016):	Números de Edições do Período:	Total de Artigos Nas Revistas:	Número de Artigos Inicialmente Relacionados à Temática:	Porcentagem de Artigos Relacionados à Temática por Revista:
Serviço Social e Sociedade	A1	36 exemplares	336 artigos	8 artigos	2,3%
Katálysis	A1	32 exemplares	447 artigos	14 artigos	3,1%
<b>Total de Revistas:</b>		<b>Total de Edições:</b>	<b>Total de Artigos Nas Revistas:</b>	<b>Total de Artigos Inicialmente Utilizados:</b>	





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

2		68	783	22	
---	--	----	-----	----	--

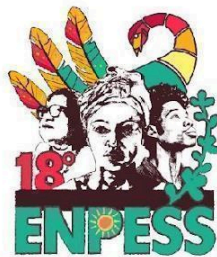
Fonte: Elaboração própria.

O imaginário social e, portanto, o imaginário das (os) profissionais de saúde registram que as pessoas negras são mais fortes e resistentes à dor, por exemplo. A sociedade brasileira apresenta uma forte tendência em cristalizar as pessoas negras como seres desprovidos de humanidade, fato que pode influenciar no modo como a assistência é prestada às mesmas nos serviços de saúde. De acordo com Werneck (2010), tanto a história quanto a imagem social das mulheres negras estão intimamente ligadas à violência. Segundo a autora, este processo existe desde a fundação da diáspora africana, seguido pelo regime escravocrata e persistindo até a atualidade.

Fortemente atingidas pelo racismo, as mulheres negras ainda apresentam alto grau de vitimização e desempoderamento, cento e vinte anos após a conquista da abolição. O que se traduz nos piores indicadores sociais e na profunda desvalorização que enfrentam. Apresentando, em algumas situações graus extremos de destituição material, política e simbólica, o que vai requerer respostas multifacetadas e profundas (WERNECK, 2010, p. 14).

Isto posto, os primeiros levantamentos aqui registrados nos levam a inferir sobre a veracidade da hipótese que movimenta esta pesquisa, onde pode-se notar que nas primeiras coletas os dados obtidos revelam e corroboram com o sustento de que existe um abismo entre a população usuária e a formação profissional. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra institui em seu Art. XII, o direito do fomento e da realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra (BRASIL, 2009), contrastando com a realidade encontrada nas revistas pesquisadas, sendo o campo da saúde uma das principais áreas de atuação do Serviço Social e ainda, um dos principais espaços de execução do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

Perante o escasso número de exemplares encontrados a partir das palavras-chave definidas no projeto de submissão da referida pesquisa, optou-se por incluir os artigos que ao longo do levantamento, considerando apenas as palavras presentes em seus títulos, apresentavam característica transversal a temática central da pesquisa e assim apresentar ligeiro aumento na relação de porcentagem final encontrada no comparativo entre as amostras de revistas coletadas e os arquivos relacionados à pesquisa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

### Tabelas 03 e 04: Relação das palavras chaves transversais inicialmente consideradas para as temáticas abordadas na pesquisa.

Referenciais Transversais a Pesquisa na Revista Serviço Social e Sociedade:	
<b>Palavras Chave:</b>	Abordagem Familiar, Aborto, Debate Étnico-Racial, Determinação Social da Saúde, Direitos Reprodutivos, Lutas Antirracistas, Racismo, Racismo Institucional, Sistema de Saúde Brasileiro, Sociedade Desigual, Trabalho em Saúde, Violência Obstétrica.

Fonte: Elaboração própria.

Referenciais Transversais a Pesquisa na Revista Katálysis:	
<b>Palavras Chave:</b>	Aborto Inseguro, Aborto Legal, Debate Étnico-Racial, Direito à Saúde, Questão Racial, Racializado, Racismo Institucional, Residência Multiprofissional em Saúde, Saúde Coletiva, Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Saúde da População Negra, SUS, Universalidade da Saúde, Violência de Gênero.

Fonte: Elaboração própria.

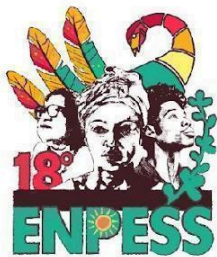
Para que fosse possível trabalhar com as palavras transversais foi utilizado como refúgio as teóricas que trabalham sob a perspectiva da Interseccionalidade, com a compreensão de que o Racismo até aqui discutido se desvela junto a um cenário de disputas de interesses que se dão através da supressão e da opressão inerentes ao modo de produção capitalista.

Portanto entendemos que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, *apud* WERNECK, 2016).

Portanto, o mapeamento dos dados presentes na tabela a seguir nos revela, ainda que de maneira superficial, que mesmo ao se considerar eixos temáticos participantes do cenário racista, e ainda que a população negra (IBGE, 2023), conforme a maioria da população brasileira atualmente; que se haja aparatos legais e avanços dos direitos sociais para pessoas negras, essa realidade não se traduz e nem tampouco se expressa nos dados levantados nesta pesquisa, revelando que ainda há muito o que se fazer em termos de formação profissional antirracista em Serviço Social na área da saúde, via Residências Multiprofissionais.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## CONSIDERAÇÕES:

Conforme observado nos resultados parciais apresentados podemos dizer que a produção em torno da formação e trabalho profissional articulados ao conceito de justiça reprodutiva não tem sido um empreendimento considerável pela área de Serviço Social. Embora produções que tratam do debate étnico-racial estejam numa curva ascendente, refletindo um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, a saber: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Contudo, se faz necessário compreender que o projeto profissional representado pelo princípio destacado acima, nem sempre tem a aderência de parte considerável da categoria profissional em seus mais diversos espaços sócio ocupacionais. Tal fato pode explicar os motivos pelos quais, até este momento, não foi possível identificar escritos que apresentem em seus títulos um dos descritores elencados para a investigação em tela, a saber: Justiça Reprodutiva, Violência Obstétrica, População Negra, Residência em Saúde e Serviço Social. No entanto, conforme afirma Eurico (2013):

O equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente. Antes precisa contemplar a formação profissional, com análises críticas sobre a questão racial; a produção de conhecimento nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado; o combate ao racismo nas diversas instituições, públicas e privadas; a suspensão do cotidiano para a reflexão dos efeitos nocivos do racismo na sociedade brasileira e o retorno do sujeito à realidade, cada vez mais crítico; e uma interface urgente entre o Serviço Social e as outras áreas das Ciências Sociais, que acumularam ao longo de décadas conhecimentos teóricos riquíssimos acerca da questão racial no Brasil (EURICO, 2013, p. 308).

E ainda, que

Por tudo o que foi exposto, não é mais tolerável na atualidade a falta de compromisso profissional coletivo em relação à questão racial, seja porque há um amplo debate na sociedade sobre a promoção da igualdade racial — ainda que historicamente os grupos dominantes continuem tentando desqualificar a luta coletiva —, seja porque o projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993, reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação como princípios éticos fundamentais. (EURICO, 2013, p. 308).

Os escritos destacados foram aqueles que mais se aproximam do debate e investigação propostos por este projeto. Inferimos que suas contribuições dialogam com a proposta aqui apresentada, porém, vale ressaltar que tais achados, a princípio, não trazem Justiça Reprodutiva, Residência em Saúde e Serviço Social. Assim, a etapa seguinte será analisar os textos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

encontrados para verificar se seus conteúdos, para além dos seus títulos e palavras-chave, poderão ser considerados nesta pesquisa. As etapas seguintes da pesquisa estão em andamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019.

BRASIL. Portaria nº 992. Institui a **Política Nacional Integral de Saúde da População Negra**, de 13 de maio de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde (SUS):** estrutura, princípios e como funciona. Brasília, 2020. Disponível em:  
<<https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Hospitais Universitários**. Brasília, 2020. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios>>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1o semestre 2002, p.171-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DESLANDES, Sueli Ferreira et al. A ótica de gestores sobre a humanização da assistência nas maternidades municipais do Rio de Janeiro. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 159, 615-626, 2005a. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v10n3/a18v10n3.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

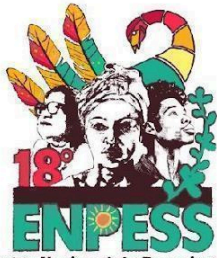
EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290 -310, abril/junho 2023. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: março de 2024.

FERNANDES, Florestan. (2019). Padrões de dominação externa na América Latina. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 11, n.1, p. 310–324, abril de 2019. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/33436/19395>>. Acesso em: março de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022:** pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Rio de Janeiro, 2022.

LOPES, Fernanda. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2005000500034&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2005000500034&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

MARX, Karl. **Para a Questão Judaica**. Editora Expressão Popular, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

NORONHA, Rayane. Por que a Justiça Reprodutiva é relevante para a luta pelo fim da violência contra as mulheres? In: **Catarinas**: Jornalismo com perspectiva de gênero. Santa Catarina, 2016. Disponível em: <<https://catarinas.info/justica-reprodutiva-e-relevante-para-a-luta-pelo-fim-da-violencia-contras-mulheres/>>. Acesso em: 20 fev 2023.

WERNECK, Jurema. Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro. In: **CFEMEA– Centro Feminista de Estudos e Assessoria; CRIOLA – Organização de Mulheres Negras**. Mulheres de Brasília e do Rio de Janeiro no Monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/monitoramento\\_politica\\_nacional\\_enfrentamento\\_violencia.pdf](http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/monitoramento_politica_nacional_enfrentamento_violencia.pdf)>. Acesso em: 23 de abril fev. 2023.